

**UNESCO E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL PARA
O SÉCULO XXI: INFORMALIDADE
E FLEXIBILIZAÇÃO COMO
HORIZONTES PARA A FORMAÇÃO
DO TRABALHADOR***



Guenther Carlos de Almeida**
Iria Brzezinski***

Resumo: *o artigo visa discutir como são caracterizados o trabalho e a educação profissional no documento “Liberar o potencial: transformar a educação e a formação técnica e profissional”, chancelado pela Unesco (2015). A pesquisa é teórica com análise documental. A análise dialogou com um referencial teórico ancorado na identificação das contradições, continuidades e alinhamentos da relação entre capital, trabalho e educação. Como resultado, percebeu-se que os elaboradores do documento adotam a concepção economicista do trabalho e utilitarista da educação para o mercado com ênfase no trabalho informal, assumindo-o como fonte de criatividade e empreendedorismo, porém, escamoteando a precarização do trabalho.*

Palavras-chave: *Políticas Educacionais. Educação Profissional. Organismos Internacionais. Trabalho no Mundo Globalizado.*

* Recebido em: 11.10.2019. Aprovado em: 08.03.2020.

** Doutor em Educação pela PUC Goiás. Professor do Instituto Federal de Goiás, Campus Inhumas. Orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências e do Grupo de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar da PUC Goiás. *E-mail:* guenther.almeida@ifg.edu.br

*** Doutora em Administração Escolar pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás. Professora aposentada pela Universidade de Brasília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Gestão Escolar e da Rede Internacional de Investigação sobre Formação de Professores (REIIFOPE). Pesquisadora CNPQ 1. *E-mail:* iriaucg@yahoo.com.br.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

A Educação em um determinado país, assim como as políticas específicas para esse campo em um mundo globalizado, comumente articulam-se às políticas de outros países ou bloco de países. O movimento de mundialização do capital, impulsionado pela Guerra Fria e que perdura até os dias atuais, está em franco desenvolvimento, superando as preocupações estritamente econômicas. Em âmbito global, as agências e instituições internacionais preocupam-se com a regulação da economia, da saúde, da educação, do trabalho, da segurança, pois são fenômenos que histórica e politicamente ganharam muita força no século XX.

Observa-se que a mundialização do capital, tendo os organismos internacionais como sua expressão, fundamenta-se na manutenção e sobrevivência do modelo de produção e acumulação capitalista. Assim, a exclusividade da preocupação econômica dá lugar a inquietações com a educação, a saúde, a segurança, a previdência social, com a finalidade de garantir a manutenção e a seguridade do capitalismo.

Nos sistemas escolares os investimentos são destinados a um conjunto de conhecimentos e práticas que não rompe com o modo de operar do capital, lançando sobre o mundo normativas ideologicamente alinhadas com o modo de produção vigente (LEHER, 1999).

Três desses organismos internacionais tornaram-se expoentes “educacionais” no século passado: o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com suas diversas organizações internas.

O foco do presente artigo recai, pois, na análise de um documento, chancelado pela Unesco, em um cenário de direcionamento dos fundamentos da Educação Profissional em âmbito internacional, com vistas à conservação do capitalismo em escala global. Circundado por esse cenário, o problema desta investigação aponta como se manifestam as concepções de Trabalho, Educação e Educação Profissional no documento *Liberar o potencial: transformar a educação e a formação técnica e profissional*¹, de autoria de Marope, Chakroun e Holmes (2015).

O referido documento, composto em forma de livro, é o terceiro de uma série denominada pela Unesco de “Educação em Movimento”. Logo no prefácio da obra é exposto que o conteúdo do livro foi debatido em um fórum global promovido pelo organismo internacional para pesquisadores, professores e gestores da educação profissional, que foi o Terceiro Congresso Internacional sobre Educação e Formação Téc-

nica e Profissional. Os três autores que assinam a obra sintetizaram as experiências e demandas deste congresso e elaboraram esta obra que segundo a Unesco serviria como referência para as políticas direcionadas a Educação Profissional.

Com o objetivo de compreender e analisar as concepções de Educação Profissional e Trabalho, contidas no documento em questão, realizou-se uma análise documental. Segundo Lüdke e André (1986, p. 38), documentos são “[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

A busca de movimentos do real nos documentos de instituições ou organismos não significa apenas a procura por disputas conceituais ou etimológicas. Antes, os documentos e seus textos estão impregnados das condições socioeconômicas de sua produção e as orientações político-pedagógicas do organismo em questão (LAVILLE, DIONNE, 1999; SHIROMA, CAMPOS, GARCIA, 2005).

A análise documental, neste trabalho, buscou apreender as concepções de educação profissional e trabalho buscando revelar as características fundamentais que identificam e relacionam a formação profissional e o mundo do trabalho. O eixo norteador da análise do documento é a abordagem marxista de educação e formação do trabalhador, com aporte teórico em Evangelista (2013), Frigotto (2001), Leher (1999) e Antunes (2009).

No método de Marx, o Materialismo Histórico Dialético, a totalidade, as contradições e as mediações das relações sociais manifestam as formas históricas de formação do ser humano e da sua forma de agir no mundo (NETTO, 2011).

O Materialismo Histórico Dialético, de acordo com Frigotto (2010), é um método que busca desvelar as determinações da realidade social, sendo, ao mesmo tempo, uma postura ou uma concepção de mundo; um método de análise e uma práxis.

Como concepção de mundo, a dialética manifesta que a realidade, em especial na sociedade capitalista, consiste em uma disputa cujo cerne é o aumento do lucro em detrimento da valorização humana. Como método de análise, o materialismo histórico dialético indica que o objeto precisa ser apreendido em suas particularidades e sua relação com o todo revelando sua estruturação, seu desenvolvimento e sua transformação. Como práxis, o método revela que o processo de reflexão e conhecimento se articula com a ação visando conhecer e transformar a realidade (FRIGOTTO, 2010). Esse movimento expressa a unidade entre a teoria e a ação transformadora: a práxis.

Com base nesse método entende-se que a análise das prescrições dos organismos internacionais auxilia na compreensão das relações entre as políticas globais e as particularidades do nosso país. Essas relações não se manifestam como mera transposição de políticas dos países centrais aos periféricos, mas também das relações e os contextos de sua implementação (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Salienta-se que as palavras de ordem do capital em relação ao trabalho, nos últimos 10 anos do século XXI, têm sido flexibilizar e informalizar. Não sem motivo, o Brasil passa, nos últimos quatro anos, por um aprofundamento das disputas entre as frações de classe dominante (detentora do capital) *versus* a classe trabalhadora (detentora do trabalho) em torno de questões políticas e jurídicas que, embora veladas, associam-se à disputa fundamental em uma sociedade capitalista.

Tais disputas provocaram o avanço do desmonte do financiamento estatal da Educação, Saúde e Previdência Social (Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016), assim como um forte coro entoado pelo grande empresariado brasileiro e partes da sociedade política e civil em torno de reformas trabalhistas e da Previdência (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 e Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019).

O objetivo principal das reformas propostas pelos governos Temer e Bolsonaro, que assumiram a direção do país respectivamente em 2016 e 2019, é provocar uma ruptura no tecido de proteção social do trabalho e do trabalhador abrindo espaço para avanço do capital na seguridade social. Este processo tem sido conduzido sob o discurso da flexibilização das leis trabalhistas e do endurecimento das regras para acessar a Previdência Social.

O diagnóstico do produto de tais reformas é a elevada informalização do trabalho, da terceirização das relações de trabalho, diminuição do valor do trabalho e da remuneração, do alargamento do tempo de trabalho e da contribuição previdenciária para se efetivar a aposentadoria (ANTUNES; PRAUN, 2019). Processo esse que ataca tanto os trabalhadores do setor privado quanto os do setor público.

Muitos dos trabalhadores desempregados buscam renda, dentre outras formas, no trabalho informal oferecido pelos serviços de aplicativos de celular. A maior parte da atividade informal realizada no serviço de locomoção urbana e entrega de alimentação confere baixa renda pelo trabalho realizado e marginalização dos direitos sociais consagrados nas relações formais de trabalho.

Nesta conjuntura de avanço e metamorfose do capital pós-crise de 2008, da globalidade tanto das crises quanto das ordenanças do capital no mundo ocidental, compreende-se que os prognósticos e as indicações feitas pela Unesco para a Educação Profissional por vezes se apresentam como imposições. Os indicadores de reformas educacionais e sociais empreendidas no Brasil desde 2016 são sintomáticos no que tange ao aprofundamento da adequação às direções da Unesco em relação à Educação Profissional².

Neste contexto e na análise do documento, objeto deste trabalho, emergiram duas categorias e três subcategorias que serão explicitadas, em seguida.

- Categoria 1: A emergência de organismos internacionais e o foco na Educação.
 - Subcategoria: O interesse educacional dos organismos internacionais.
- Categoria 2: A educação do trabalhador sob a perspectiva da Unesco: qual Educação e qual Trabalho?
 - Subcategoria: Trabalho, informalidade e futuro;
 - Subcategoria: A flexibilidade como regra no mundo do trabalho e na formação do trabalhador.

A EMERGÊNCIA DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E O FOCO NA EDUCAÇÃO

Os organismos internacionais são agentes colegiados compostos por representantes de diversos países, porém, com um grande protagonismo dos países centrais desenvolvidos. Tais instituições analisam e propõem direções para o mundo, regulando direta ou indiretamente a atuação dos países ou blocos de países no campo da Educação, da Saúde, da Segurança e especialmente da Economia.

Criados e desenvolvidos a partir da década de 1940 na Conferência de Bretton Woods, realizada nos Estados Unidos da América (EUA) em 1944, tais organismos internacionais possuem dois principais momentos importantes na constituição de suas finalidades. O primeiro momento é o de sua criação pós-Segunda Guerra Mundial, sob o pretexto de garantir estabilidade financeira e militar aos países associados. Articulada à sua criação constava, ainda, a tímida finalidade de fazer frente aos países do bloco socialista em expansão (apesar de estes fazerem parte no início da

criação da Organização das Nações Unidas - ONU). O segundo momento, da década de 1970 em diante, foi marcado pelo impulso na consolidação do capitalismo, protagonizado com mais intensidade pelo BM e pelo FMI. Constata-se, então, um modo de organização político-econômica mundial, pela via da solidificação de políticas adequadas ao modelo neoliberal em expansão na Inglaterra e nos EUA.

Algumas instituições fundamentais nesse contexto são a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o BM e a ONU, assim como suas sub organizações: Unesco, Organização Mundial da Saúde (OMS) e FMI.

Sob a hegemonia dos EUA, o processo de internacionalização de políticas econômicas, sociais, educacionais, entre outras, globaliza um planejamento de interesses e ações. As investidas na regulação da economia em escala mundial manifestaram-se extensivas aos campos da segurança, da cultura, da educação, consolidando o predomínio dos interesses dos países capitalistas centrais. Esse processo favoreceu a refundação do modo de produção do capital e rejuvenesceu princípios do liberalismo clássico, solidificando uma tendência de organização do capitalismo: o neoliberalismo (EVANGELISTA, 2013).

Enquanto modelo hegemônico do capitalismo mundial o neoliberalismo consolida no âmbito da gestão do estado a redução da participação estatal nos campos da vida social e econômica (BIANCHETTI, 2001).

Sob o comando neoliberal o acesso à saúde, segurança e educação, anteriormente tratados como direitos sociais, passam a ser tidos como mercados potenciais. Nos sistemas de ensino, sob este modelo, são operadas privatizações de vagas, expandido o financiamento público de vagas em instituições privadas de ensino e até mesmo a privatização da gestão da educação pública, como nos modelos de gestão por organizações sociais. Apesar de especificidades em suas áreas de atuação, assegura-se que esses organismos internacionais desenvolvem o esforço de regular diversos setores sob as diretrizes gerais do capitalismo.

O Interesse Educacional dos Organismos Internacionais

Ao analisar as ações dos organismos internacionais, em específico o BM, direcionadas à Educação, Barreto e Leher (2008) reconhecem que este organismo compreendeu a importância da disputa ideológica – em algumas situações até superior à disputa armada – na consolidação da economia de mercado. Uma série de eventos que se desenvolveu ao longo

do século XX, por exemplo, Guerra do Vietnã, crise estrutural da década de 1970, conduz à mudança de estratégia e verticalização mais forte rumo à batalha das ideias.

O financiamento de projetos no campo educacional e a cobrança aos países devedores de ajustes neste campo são decorrentes da investida do BM em duas frentes: a educação como instrumento de apaziguamento social, em países subdesenvolvidos e nos que se encontram em conflito; e o desenvolvimento da mão de obra para a economia de mercado. Acerca do abrandamento de conflitos, no final do século passado Leher (1999) indicava que a busca por mitigar os efeitos da pobreza nos países em desenvolvimento se dava pela ajuda que a educação dava às pessoas pobres. Ao mesmo tempo a educação era retratada como preparação para a economia de mercado.

Atualmente, este organismo em suas formulações assevera a necessidade de financiamento para integração completa dos países em desenvolvimento na globalização centrada na economia de mercado (BARRETO; LEHER, 2008).

Dessa maneira, foram lançadas as bases das reformas educacionais nos países periféricos do capitalismo. São elas: a) a educação como fator de acalmamento das pessoas pobres, visando impedir o acirramento dos conflitos sociais; b) o praticismo da qualificação para um mercado capitalista reorganizado.

Neste contexto, consoante com o posicionamento dos organismos internacionais, as competências que permitem a adequação ao modelo de capitalismo hodierno são a formação para o empreendedorismo e para a informalidade, tendo como contexto econômico e social a destruição dos empregos formais.

O mote das posições políticas e filosóficas das orientações dos organismos internacionais são a resiliência ao que existe no plano social/profissional e a crença fundamental no pragmatismo do conhecimento adequado à produção e aos processos de formação humana, por meio de aquisição de competências, habilidades e qualificações requeridas pela produção.

Expressão desse processo são algumas conferências e documentos produzidos por esses organismos internacionais. Uma conferência que ganhou visibilidade global foi a “Educação para Todos” realizada pela Unesco em 1990, em Jomtien na Tailândia, com ideias baseadas na universalização da educação básica (entendida como ensino fundamental) e na oferta da educação como elemento minimizador das desigualdades sociais e propulsor do desenvolvimento econômico (EVANGELISTA, 2013).

Outro documento elaborado pela Unesco e que exerce forte influência filosófica e pedagógica nas políticas e documentos educacionais brasileiros é o Relatório Delors (1998), intitulado “Educação: um tesouro a descobrir”. Nesse documento, seus elaboradores fazem violenta crítica à educação baseada na tendência tradicional de educação e lançam os quatro pilares de desenvolvimento para o século XXI, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Duarte (2004) analisa esse conjunto de formulações e traduz, sob o signo do “aprender a aprender”, o caráter instrumental do Relatório Delors. O conhecimento científico, filosófico e cultural fica reduzido às suas aplicações pragmáticas, com a finalidade de desenvolvimento econômico-pessoal, sendo assim algumas características que aligeiram e empobrecem a formação omnilateral.

Há uma forte aproximação entre as políticas formuladas no Brasil e na América Latina que revela ora a adesão deliberada aos documentos desses organismos internacionais, ora a dependência econômico-financeira deles.

O Brasil, ao longo dos últimos 25 anos, aderiu aos fundamentos filosóficos e educacionais desses organismos, porém, com intensa resistência dos movimentos de educadores organizados, particularmente entidades de estudos e pesquisas educacionais, entre tantos outros.

Com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição do candidato da extrema direita Jair Bolsonaro em 2018, um conjunto de reformas educacionais são empreendidas no país aprofundando a educação nos interesses empresariais na Educação, como foi modelada a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) e as sucessivas retrações no financiamento público da educação nos últimos 2 anos.

Desafortunadamente, devido a uma correlação desigual de forças, tais fundamentos vêm consolidando as bases de uma pedagogia empresarial baseada no neotecnicismo e na administração gerencialista, o que desnuda interesses de tais organismos de conformação dos trabalhadores à dinâmica do capital.

A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR SOB A PERSPECTIVA DA UNESCO: QUAL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E QUAL TRABALHO?

Como apontado no item anterior, os organismos internacionais são também responsáveis, nas últimas três décadas, pelo avanço global

da chamada economia de mercado. Associada ao avanço dessa economia existe uma determinada cultura e uma visão de homem, de educação, de sociedade e de Estado sob a perspectiva do capital. Nesse período, observa-se o crescimento de uma tendência mecanicista que entende o trabalho como simples elemento da produção moderna. Outras tendências, mais ousadas, anunciam o fim da necessidade do trabalho para a constituição da produção e do ser humano. Torna-se recorrente, também, uma acepção de educação contemporânea: educação é a chave para o desenvolvimento humano e econômico, obviamente restringindo o humano ao homem produtivo e a economia ao funcionamento do mercado.

Esta concepção restrita de educação, em especial, a Educação Profissional, pode ser encontrada ao longo do documento (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015) e reforça a perspectiva de uma conexão funcionalista próxima à da Teoria do Capital Humano. Apesar de muito criticada no Brasil e em outros países, consoante Frigotto (2006), a Teoria do Capital Humano é bastante presente no documento analisado. Os autores trabalham, ao longo do documento, com a concepção de que uma Educação Profissional adequada gera desenvolvimento econômico e produtividade. Tal perspectiva é latente logo no início do documento:

a reunião trienal da ADEA fez um apelo urgente para que a África aumente seu investimento no desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais para gerar crescimento interno capaz de combater o desemprego e o subemprego de jovens e adultos, assim como de criar negócios, empregos e receita econômica considerável. A reunião trienal recomendou que o continente coloque empregos e crescimento no centro das políticas para o desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais [...] (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 17).

Na base dessa aproximação da Teoria do Capital Humano está o trato com habilidades e competências, que, segundo os autores, são indispensáveis para a competitividade e desenvolvimento, como se observa na citação seguinte:

Existe uma fundamentação econômica para o investimento em TVET, que deriva de seu reconhecimento como fonte de habilidades, conhecimentos e tecnologias necessários para fomentar a produtividade nas sociedades baseadas em conhecimento e nas sociedades de transição do século

XXI. A produtividade é a base para o crescimento econômico consistente e para o acúmulo de riquezas. Habilidades, conhecimento e tecnologia de alto nível são indispensáveis para a competitividade na economia global (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 20).

Esses fragmentos indicam, portanto, que no documento aqui analisado a educação não é uma prática social plural. A educação profissional é entendida como um mecanismo social de veiculação de um conjunto de ideias pertinente a um tipo de sociedade, adotando e disseminando um modelo funcional de economia – a economia do capital.

É importante a identificação desta restrita prática da Educação Profissional, uma vez que, nos últimos anos, em nosso país reformas educacionais, econômicas e sociais estão em curso. Tais orientações indicam elementos de possíveis caminhos que as políticas de Educação Profissional irão seguir, revelando os limites à formação ampliada do trabalhador.

À semelhança da concepção de educação, a concepção de trabalho é igualmente explorada e problematizada no documento em análise. A educação para o trabalho, sob a perspectiva da Unesco, revela afinidade com o trabalho informal e flexível característico do capitalismo do século XXI.

Trabalho, Informalidade e Futuro

Um elemento fundamental para se entender a Educação Profissional, sob o ponto de vista de Marope; Chakroun; Holmes (2015) é a compreensão de trabalho.

[...] “trabalho” é um conceito diverso e complexo que vai muito além de empregos remunerados, incluindo também grandes ocorrências de trabalho não remunerado realizado em fazendas, comunidades e em casa, principalmente por mulheres. Um elemento em comum nessa diversidade é a simples realidade de trabalhar para viver. O trabalho é a base da estabilidade e do progresso social para muitas famílias e comunidades. No entanto, existe uma percepção crescente de que a dignidade do trabalho foi desvalorizada por um conceito econômico limitado que define o trabalho como um fator de produção e uma mercadoria que ignora o sentido individual, familiar, comunitário e social mais profundo do trabalho humano [...]. A escassez, a má qualidade, a falta de voz e a discriminação de gênero no trabalho, além dos níveis inaceitáveis de desemprego entre os jovens, são impulsionadores de reformas nos sistemas de TVET sob a perspectiva da equidade social. Essa é uma área na qual os sistemas de TVET

continuam a ser desafiados a contribuir ativamente com a construção de sociedades mais equitativas. A natureza do trabalho, independentemente de como seja definido ou percebido, tem mudado em função de novas tecnologias, do aumento da informatização e das dinâmicas da organização moderna do trabalho. Essas mudanças não se limitam ao trabalho intensamente baseado em conhecimentos [...]. Reconhecer essas complexidades requer um melhor entendimento do que é trabalho, admitindo que isso ultrapasse o desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho formal. Como resultado, novos tipos de habilidades têm sido frequentemente identificados como componentes-chave dos programas de TVET (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 60).

Há uma intencionalidade dos autores para conceituar trabalho para além da concepção que o trata como sinônimo de emprego formal. Apesar de criticar a redução do trabalho a um fator de produção e à sua dimensão econômica, a superação destes limites está nas possibilidades do trabalho informal, como se constata a seguir:

Uma parcela significativa de oportunidades de trabalho é gerada no setor informal, principalmente no mundo em desenvolvimento. Dependendo se a agricultura for incluída ou não na estatística, entre 900 milhões e 2 bilhões de trabalhadores estão atualmente em empregos remunerados na economia informal ou trabalhando informalmente em empresas do setor formal [...]. A agricultura responde por grande proporção desses trabalhadores: no mundo, quatro em cada dez homens e mulheres que trabalham estão tentando se sustentar com o trabalho rural e, em alguns países de renda mais baixa, três quartos ou mais dos trabalhadores, principalmente mulheres, trabalham na agricultura [...]. Se, por um lado, diminuíram as oportunidades de emprego remunerado, o mesmo não ocorre necessariamente para o trabalho. Além disso, as respostas dos sistemas de TVET às demandas do mercado de trabalho não são necessariamente adequadas para as demandas do universo do trabalho de maneira mais ampla. Assim, atender a essas variadas demandas é um desafio para esses sistemas. Historicamente, muito do interesse das políticas na economia informal estava concentrado na transição do emprego informal para o formal e, de fato, presumiu-se o fim inevitável do trabalho informal com a industrialização e a modernização. No entanto, tem ficado claro que tais transições, em ambas as direções, estão longe de ser inevitáveis. Além disso, muitos trabalhadores passarão toda a sua vida ativa na economia informal. No lado positivo, a economia informal tem sido frequentemente uma fonte importante de inovação, empreendedorismo e aprendizagem (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 61).

Longe de significar o trabalho sob sua dimensão humanizadora, os autores concebem-no mais próximo da adequação “inovadora” e “criativa” da produtividade, subsumindo a atividade laboral aos elementos imprescindíveis à manutenção da economia de mercado. O que é mais preocupante no documento em tela é a recorrente defesa da aprendizagem no trabalho informal.

A indicação da informalidade como fonte de trabalho, aprendizagem, inovação e empreendedorismo não aproxima os sujeitos da superação das condições restritas e desumanizadoras do trabalho contemporâneo. Antes escamoteia e incentiva novas formas de submissão do trabalho e do trabalhador à economia de mercado.

As manifestações contemporâneas da informalidade do trabalho reforçam a sua intensificação, o aumento da jornada e a precarização estrutural do trabalho. Ao denunciar essas condições desumanas do trabalho informal, Antunes (2013, p. 17) questiona:

se assim não é, por que, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho de dezessete horas por dia na indústria de confecções, no centro da cidade de São Paulo, a mais importante região industrial do Brasil, por intermédio da contratação informal de trabalhadores imigrantes bolivianos ou peruanos (ou ainda de outros países latino-americanos), controlados por patrões em geral coreanos ou chineses?

A naturalização do trabalho informal vem acompanhada da formação de um espírito próprio do capitalismo flexível, o empreendedorismo. Nesse sentido, Alves (2011, p. 104) assevera que

[...] diante da lógica da produção enxuta, intrínseca ao espírito do toyotismo, surge a cultura da empregabilidade e do empreendedorismo. A homens e mulheres desempregados exige-se que se tornem “empresários de si próprios”. É quase que um elixir dos novos tempos para a crise do mercado de trabalho capitalista. Valoriza-se o homo economicus que empreende [...].

Visto como fonte de renda, criatividade e inovação pela Unesco, o empreendedorismo, e em especial o empreendedorismo individual, oculta a precarização do trabalho, flexibilizando horários, remuneração e estrutura organizacional e funcional.

Então, sob a aparência de liberdade de constituir negócio, liberdade de elementos aprisionadores do trabalho alienado, o empreendedorismo contemporâneo possui essencialmente um vínculo com

a precarização e intensificação do trabalho. Mediante o discurso da liberdade do patrão, há uma marginalização social, via empreendedorismo, de uma parcela da classe trabalhadora que, por ser patrão, não necessariamente está vinculada a algumas políticas de seguridade social. Constitui-se assim, na prática, um novo grupo de marginalizados e não um novo empresariado.

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 234).

O ataque à formalização do trabalho é mais uma faceta de avanço do capital na desvalorização do trabalho e na tentativa de autovalorização. Nesse sentido, como foi presenciado recentemente no Brasil com a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, há um processo de destruição das bases de regulação e segurança do trabalho. Como elucida Antunes (2011, p. 411),

É nesse quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar essa legislação social significa — não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso — aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobre trabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

O apelo à informalidade e ao empreendedorismo, como indicado pelo documento da Unesco, é sintoma da crise estrutural do capital e das formas históricas de organização do capitalismo. A crise econômica de 2008 trouxe como sintoma o fortalecimento do trabalho desregulado e precário, como indica Antunes (2010, p. 633):

[...] estamos presenciando, no meio do furacão da crise global do sistema capitalista - que vem atingindo o coração do sistema capitalista, ou seja, o conjunto dos países centrais do Norte do mundo -, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, herdeiro das eras taylorista e fordista, que foi dominante no século XX e que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que mascaram frequentemente a autoexploração do trabalho. E presenciando também a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, sendo que estes últimos são os primeiros a ser penalizados.

O discurso harmônico e entusiasta pelo trabalho informal, como fonte de empreendedorismo e inovação, escamoteia as difíceis condições de vida de quem dele depende. Em uma análise pouco consistente, idealista e pautada pelas necessidades da economia e do mercado, os autores do documento da Unesco escondem as mazelas da população sem segurança social, aposentadoria, ou com baixíssimos salários no final da vida.

No âmbito da formação profissional, essa dinâmica sedimenta o que Saviani (2011) denominou de pedagogia da exclusão, uma vez que as instituições educacionais formam os sujeitos para aceitarem a exclusão social e do trabalho. A formação para a informalidade aponta o avanço do ideário empresarial na educação como mais um traço neoprodutivista da pedagogia da exclusão. Para o autor, tal pedagogia incumbe-se de injetar nos trabalhadores a responsabilização de empreender caso não se insira no trabalho formal, acentuando a precarização.

Uma Educação Profissional que não seja subsumida ao avanço do mercado sobre o conteúdo da formação dos trabalhadores exige uma frente de formação centrada nos trabalhadores, denunciando as falácias e contradições do discurso empresarial. Para tal, os argumentos devem mostrar dados históricos e sociais de concentração de capital, poder e riqueza nas mãos de poucos, significando exclusão e privação para muitos. Para a concretização de uma educação profissional emancipatória há que se intervir nas contradições que a educação nessa sociedade produz. Todavia, a formação emancipatória de fato se dará em uma nova sociedade em que as contradições fundamentais do capitalismo forem superadas (MOURA, LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Por outro lado, a compreensão proferida no documento da Unesco sobre o trabalho tem articulação com o cenário de reconfiguração do mundo do trabalho, especialmente sob a dinâmica da flexibilização e

desestabilização. A relação entre capital e trabalho, historicamente, tem-se mostrado conflituosa e com grandes desafios ao trabalhador para transformar a maneira como é constituído o valor das coisas e do trabalho.

A FLEXIBILIDADE COMO REGRA NO MUNDO DO TRABALHO E NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Desde o último quartel do século XX, com o crescimento do modelo toyotista de produção, toda estrutura do sistema capitalista se organizou com a finalidade de promover ao máximo a flexibilização da produção. Empresas, indústrias e até setores econômicos inteiros passaram por reorganização com a finalidade de se tornarem flexíveis.

No âmbito educacional, a lógica flexível é incorporada aos modelos pedagógicos e conteúdos educacionais. Na Educação Profissional em específico, a busca pela empregabilidade e uma postura flexível diante das vicissitudes do mercado e da empresa tornaram-se imperativos aos trabalhadores contemporâneos.

O documento em tela reforça, ao longo de seu conteúdo, premissas fundamentais. Em especial, duas delas referem-se à produção e ao trabalhador e robustecem a tese de mudança no modelo de produção:

quebrar a cadeia de produção em tarefas também afetou as formas de organização do trabalho. Isso facilitou a alocação de diferentes tarefas em uma cadeia de produção em diferentes localizações que oferecem a melhor eficiência e margem de lucro. Esse processo também melhorou a habilidade das empresas de organizar equipes facilmente desmontadas uma vez que a tarefa seja concluída. A agilidade de montar e desfazer equipes facilitou a tarefa de construí-las com a mistura certa de qualificações, bem como possibilitou a renovação das exigências de habilidades para a tarefa, criando possibilidades de alocar indivíduos temporariamente (usando consultores e/ou terceirizados) (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 66).

As transformações na configuração do modelo de organização da produção, ou seja, da transição do modelo taylorista/fordista para o modelo japonês toyotista demandam modificações na formação e atuação do trabalhador, assim como se constata a seguir:

a liderança funcional permitiu estruturas horizontais nas quais o conhecimento determina uma bonificação maior do que a posição hierárquica ocupada na organização. Para as pessoas formadas pelos sistemas de

TVET, a atuação efetiva nessa forma de organização do trabalho no século XXI demanda mais do que o conhecimento técnico necessário para a produção. São necessárias uma série de habilidades soft, entre as quais se destacam a adaptabilidade a equipes e ambientes de trabalho em constante mudança; habilidades de comunicação, trabalho em equipe e um sentimento de pertencimento que vem da profissão mais do que da empresa; e a constante reciclagem em função das demandas [...] (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 67).

O que está em jogo na reconfiguração do mundo do trabalho não é a possibilidade de humanização dos sujeitos. Algumas características antes exigidas de supervisores ou chefes de linha de produção são agora exigidas do próprio trabalhador, que são as habilidades *soft*¹⁰. Com efeito, o que se constata não é uma abertura maior para a subjetividade dos trabalhadores e sim uma intensificação do trabalho, acúmulo de funções laborais, docilização à precarização e adaptação às circunstâncias do trabalho flexível (SENNET, 2014).

Dessa maneira, em um mundo do trabalho onde a aparência é bastante diferente de alguns anos atrás, mas que permanece a lógica essencial, a contradição capital e trabalho, o que se espera dos que trabalham é uma adaptação progressiva e adequada à lógica do capital, confirmada nos dizeres dos autores.

Em suma, a globalização da economia e a conseqüente reorganização do ambiente de trabalho requerem uma força de trabalho mais adaptável, contexto que leva todos os países a repensar a natureza e o papel da TVET. A globalização intensifica a pressão sobre o setor de TVET para fornecer a qualificação necessária aos trabalhadores envolvidos em atividades globalizadas, bem como para adaptar as habilidades existentes a necessidades que mudam rapidamente. Como consequência, há cada vez mais demanda por sistemas de TVET com foco maior em programas modulares e baseados em competências, assim como em habilidades cognitivas e transferíveis, que devem ajudar as pessoas a se adaptar a condições imprevisíveis (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 71).

No contexto do capitalismo contemporâneo, a mudança da forma de organização do trabalho impulsionou a mudança também na forma de ser do trabalhador. Em consequência, segundo o documento da Unesco, a Educação Profissional também deve mudar para se adaptar a este contexto.

O Capital espera, cada vez mais, trabalhadores adaptados para lidar com a lógica flexível e que assumam muito mais a responsabilidade por sua integração no mercado de trabalho. Atualmente, o que se presencia é um amplo movimento de responsabilização do trabalhador pelo seu sucesso ou fracasso no mundo do trabalho.

As formas de Educação Profissional devem inculcar nos sujeitos que o mundo mudou e a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso econômico, social e cultural dos indivíduos são deles próprios. Estado e mercado já não são mais responsáveis por alguma condição de estabilidade. No contexto educacional, duas dinâmicas são transformadas em obrigação às ações de Educação Profissional, ou seja, cabe formar para o empreendedorismo e para a empregabilidade.

Entende-se que a “[...] empregabilidade diz respeito à passagem de uma situação de desemprego para a de emprego; ou seja, é formalizada como probabilidade de saída do desemprego, ou ‘capacidade de obter um emprego’” (SHIROMA; CAMPOS, 1997, p. 27).

O discurso da empregabilidade está presente ao longo do documento, colocando à Educação Profissional a necessidade de formar os sujeitos para a empregabilidade.

Para além do seu potencial de resposta ao desafio duplo da empregabilidade e do desemprego entre os jovens, os sistemas de TVET podem ter a flexibilidade necessária para que adultos produtivos mantenham-se atualizando suas habilidades por mais tempo, além de possibilitar que se adaptem à introdução de novas tecnologias de produção no ambiente de trabalho. Isso é particularmente importante no contexto de sociedades que estão envelhecendo e melhorando as condições de saúde da população, o que possibilita às pessoas continuarem produtivas e manterem seus trabalhos por mais tempo (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 23).

A busca pela possibilidade de empregar-se lança sobre o trabalhador uma nova postura em relação a sua aprendizagem. Desloca-se a responsabilidade do mundo do trabalho e das empresas de qualificar seus empregados para o próprio trabalhador, construindo a ideia de que ele mesmo deve compreender os desejos do mercado em relação à sua formação.

Responsáveis pela sua colocação no mercado, os trabalhadores, em especial os “desqualificados”, são vistos como um grande empecilho para o desenvolvimento econômico.

Pesquisas empresariais mostraram que, em muitos países, trabalhadores sem as qualificações necessárias são um empecilho ao crescimento [...]. “Os empregadores mostram descontentamento não apenas com as deficiências de experiência relevante e habilidades técnicas, mas também de habilidades soft, como traços de personalidade, sociabilidade, habilidades interpessoais, linguagem e hábitos pessoais” [...] (MAROPE; CHAKROUN; HOLMES, 2015, p. 83).

Na direção da melhoria da empregabilidade, a Educação e a Educação Profissional são compreendidas e reduzidas a elemento de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, como indica Saviani (2011), sedimenta-se a pedagogia da exclusão, que individualiza uma dupla responsabilidade: em primeiro lugar a necessidade de frequentar diferentes cursos para estar constantemente na situação de empregável; em segundo lugar a individualização pela condição de desempregado.

O empreendimento educacional do capital, que busca adequar os seres humanos ao trabalho alienado existente, reside em internalizar as vontades do capital nos trabalhadores, distorcendo-as por intermédio de uma formação aligeirada, que não indica as contradições e as impossibilidades de realização dos sujeitos às atividades de educação e trabalho. Assim, é necessário tornar viável a ideia do mérito individual como produtor de sucesso e felicidade sob a ordem capitalista flexível.

Considerações Finais

Reconhece-se, na análise do documento, que ele se mostra como um veículo de propaganda ideológica, à medida que os autores naturalizam a relação mecânica entre educação profissional e trabalho e refuncionalizam a Teoria do Capital Humano como estratégia de abrandamento dos conflitos de classe.

A vinculação que os organismos internacionais fazem entre educação, segurança e pobreza revela com certa nitidez a intenção de apaziguar os conflitos de classe. A perspectiva de pacificação que esses organismos trazem é a aceitação das práticas de economia capitalista como sendo a única e a mais viável para o desenvolvimento humano.

No documento analisado, a perspectiva de formação do trabalhador busca naturalizar os efeitos das crises do capitalismo sobre o trabalho, indicando como saída para a queda da formalização dos empregos e da flexibilidade de contratos o ingresso no trabalho informal. Tal saída

escamoteia a degradação real do valor do trabalho e das condições de segurança social.

O processo de informalização do trabalho e investimento no empreendedorismo, como sugere o documento, tem produzido efeito devastador na economia do Brasil dos últimos anos. Ao passo que crescem os empreendedores individuais e trabalhadores informais, especialmente pelos aplicativos de celular, a renda do trabalho e o poder de compra diminuem afetando grandemente a qualidade de vida dos trabalhadores (ANTUNES; PRAUN, 2019)

A construção deste percurso está sedimentada na desvalorização do trabalho e do trabalhador e a responsabilidade pelas crises e quedas nos lucros são, amplamente, atribuídas às práticas arcaicas e pouco tecnológicas de trabalho. Ao mesmo tempo em que o trabalhador é desqualificado, é também responsabilizado pelas baixas na produtividade e nos lucros.

Constata-se ainda que o documento se assemelhe a um manual de defesa do capital, uma vez que não aponta falhas no processo produtivo. Esse manual empenha-se em reforçar que o trabalho e os trabalhadores precisam se adequar e se flexibilizar cada vez mais, aprendendo com o trabalho informal a se submeter às demandas do mercado.

A compreensão do discurso deste organismo é fundamental para a crítica e constituição de uma educação profissional que não se limite às dinâmicas de desvalorização e empobrecimento do trabalhador.

UNESCO AND THE TECHNICAL AND VOCATIONAL TRAINING FOR THE 21ST CENTURY: INFORMALITY AND FLEXIBILITY AS HORIZONS FOR WORKER TRAINING

Abstract: This article attempt to understand how work and technical and vocational training are characterized in the document "Unlocking the potential: transforming education and technical and vocational training", chanced by Unesco (2015). The research is a theoretical approach, with documentary analysis. The analysis, was made supported by a critical theoretical referential to identify the contradictions, continuities and alignments of the relation between capital, labor and education. As results, we notice that the authors of the document adopt the economist conception of labor and utilitarian education for the market, emphasizing the informal work, assuming it as a source of creativity and entrepreneurship, however hiding the precariousness of work.

Keywords: Educational Policies. Technical and Vocational Training. International Organizations. Work in the Globalized World.

Notas

- 1 No documento, a Educação Profissional é designada pela sigla TVET (Technical and vocational education and training), em português Educação e treinamento técnico e vocacional, ou Educação e formação técnica e profissional.
- 2 A incorporação de trabalhadores informais nas atividades mediadas por aplicativo representa grande parte do trabalho informal no Brasil. Tais trabalhadores estão realizando jornadas de trabalho de até 16 horas, com ganhos reais próximos ao salário mínimo. Ademais não possuem qualquer proteção de acidente de trabalho ou auxílio doença. Conferir: <https://brasil.elpais.com/economia/2019-12-29/brasil-se-equilibra-numa-bicicleta-alugada.html>
- 3 A reforma do Ensino Médio e o quinto itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” são sintomáticos desse processo.
- 4 No campo empresarial, a resiliência é a capacidade de resistir e passar pelas adversidades que envolvem o trabalho e o ambiente corporativo. Essa capacidade intelectual/emocional, segundo interesses do empresariado, deverá ser desenvolvida pelo trabalhador para não perder seu posto de trabalho. Critica-se essa forma de resiliência porque tal capacidade levará o trabalhador a suportar a exploração do trabalho alienado e a precarização das relações laborais.
- 5 Sugere-se, para maior compreensão do conceito de competência, a leitura crítica de Rios (2001, p. 18), que interpreta o “duplo caráter dessa competência” expresso, por um lado, pela dimensão política e, por outro, pela dimensão técnica. Esta é revertida somente em dimensão prática nas relações de produção capitalista muito distante da “dimensão ética” de competência também conceituada pela autora.
- 6 “A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem à totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho” (MANACORDA, 2007, p. 89).
- 7 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/01/brasil-resgatou-mais-de-mil-trabalhadores-do-trabalho-escravo-em-2015>. Acesso em: 13 fev. 2018. Disponível em: <http://www.bbc.com/>

- portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangeros_fl. Acesso em: 13 ago. 2019.
- 8 Empreendedorismo justificado pela criatividade e persistência do brasileiro e como saída para o desemprego. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2017-04-18/empreendedorismo-no-brasil.html>. Acesso em: 13 ago. 2019. Empreendedorismo individual supera o número de empresas no Brasil. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2016/01/29/microempreendedores-individuais-superam-numero-de-empresas-abertas-no-pais.htm>. Acesso em: 13 ago. 2019.
 - 9 *Association for the Development of Education in Africa* (Associação para o Desenvolvimento da Educação na África).
 - 10 Habilidades relacionadas aos conhecimentos de Tecnologias da Informação e Comunicação; de comunicação pessoal; e de relacionamento interpessoal.

Referências

- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDERSON, P. Um balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P. *O pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1995.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era de precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R; BRAGA, R. (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238.
- ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/03.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/02.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-27.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária – a dupla face de um mesmo projeto. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, jul. 2019. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/43>. Acesso em: 24 mar. 2020.

- BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a Educação Superior emerge terciária. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 423-436, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2020.
- BIANCHETTI, R. G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. PR. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: DOU, 2017.
- DELORS, J. *et al.* Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições Asa, 1998.
- DUARTE, N. Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- EVANGELISTA, O. Qualidade da educação pública: estado e organismos multilaterais. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (org.). *Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores*. Goiânia: Ceped Publicações; Gráfica e Editora América: Kelps, 2013. p. 13-45.
- FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-100.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, out. 1999.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

- MAROPE, P. T. M.; B. CHAKROUN, B.; HOLMES, K. P. Liberar o potencial: transformar a educação e a formação técnica e profissional. Brasília, DF: Unesco, 2015.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- RIOS, T. A. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade*, ano 18, n. 61, dez. 1997.
- SHIROMA, E.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 28 jul. 2019.